

EPISTEMOLOGIAS DO SUL, DESCOLONIZANDO O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: O SAMBA CANTA A MULHER NEGRA RUTH DE SOUZA

SOUTHERN EPISTEMOLOGIES, DECOLONIZING THE TEACHING OF BRAZILIAN HISTORY: SAMBA SINGS THE BLACK WOMAN RUTH DE SOUZA

Ana Lúcia da Silva¹

RESUMO: Com as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, se tornou obrigatório o estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena, abrindo caminhos para o questionamento do paradigma eurocêntrico, a descolonização do currículo escolar, uma mudança epistemológica denominada de epistemologias do sul. Com base no aporte teórico dos Estudos Culturais, neste texto objetiva-se revisitar o ensino de História do povo negro no Brasil, dando visibilidade às mulheres negras, ao diálogo interseccional de gênero, raça e classe, por meio da análise da trajetória de vida de Ruth de Souza, homenageada pela escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz, samba-enredo "Ruth de Souza - Senhora liberdade abre as asas sobre nós", enredo do carnavalesco Cahê Rodrigues apresentado no carnaval carioca 2019.

Palavras-chave: História do Brasil; Mulher negra; Samba; Educação antirracista e decolonial; Epistemologias do sul.

ABSTRACT: With the Laws n. 10.639/2003 and n. 11.645/2008, became mandatory the study of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture, paving the way for questioning the Eurocentric paradigm, the decolonization of the school curriculum, an epistemological change called southern epistemologies. Based on the theoretical contribution of Cultural Studies, this text aims to revisit the teaching of History of the black people in Brazil, giving visibility to black women, to the intersectional dialogue gender, race and class, through the analysis of the life trajectory of Ruth de Souza, honored by the samba school Academics of Santa Cruz, samba story "Ruth de Souza - Lady freedom opens the wings on us", I entangle of the carnival organizer Cahê Rodrigues, carnival of Rio de Janeiro 2019.

Keywords: History of Brazil; Black woman; Samba; Anti-racist and decolonial education; Southern epistemologies.

¹Doutora em Educação (UEM). Professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). ana.lucia@unifal-mg.edu.br

1. Introdução

A partir do século XVI, em decorrência do tráfico negreiro e da diáspora africana, os africanos e as africanas foram retirados à força de seu continente de origem e levados para a América. Na América portuguesa, o povo negro trabalhou em múltiplas atividades e diversos espaços: em atividades domésticas na casa grande, nas plantações dos engenhos, na mineração, nos espaços urbanos das cidades, como negros de ganho e canto, transportando pessoas da elite e/ou mercadorias, entre outras. O povo negro foi escravizado por mais de trezentos anos no Brasil, sendo liberto apenas no século XIX. Mesmo depois de 1888, teve que lutar por sua cidadania.

Desde o século XIX, quando a História se constituiu como disciplina no currículo escolar brasileiro, a narrativa da História se centrou na História da elite, daqueles que compunham a esfera política e a História nacional, predominando a Historiografia Tradicional e eurocêntrica. No mesmo século, com a Independência do Brasil, a História nacional, a História da pátria e dos “grandes homens” que compunham a esfera política era valorizada. A História nacional era concebida como um instrumento pedagógico significativo para a construção da identidade nacional. Para Circe Bittencourt (2011, p. 60), “esse objetivo sempre permeou o ensino de História para os alunos de ‘primeiras letras’ e ainda na organização curricular do século XXI”.

Assim, no ensino de História tradicional e eurocêntrico, a História da elite e da nação era exaltada, enquanto sujeitos anônimos, como homens e mulheres pobres, crianças, entre outros grupos sociais foram invisibilizados, principalmente indígenas, negros e mestiços, corroborando para isso as teorias raciais, o racismo, a ideologia do branqueamento e o machismo daquela época.

Com o fim da escravidão em 1888, não houve mudanças significativas na vida do povo negro no Brasil, sendo excluído da sociedade, alvo do racismo e permanecendo na miséria social. Diante disso, no final do século XIX e ao longo do século XX surgiu o Movimento Negro, a fim de lutar pela cidadania de sua gente, por trabalho e educação, bem como pela valorização da História da África

e do povo negro no Brasil, denunciando o racismo em nosso país, as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Após várias décadas de resistências e lutas do Movimento Negro, apenas no início do século XXI, no governo do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), houve a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da História e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas, e incluiu a data “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar (BRASIL, 2003). Posteriormente, a Lei n. 11.645/2008 possibilitou o estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 2008).

Essa legislação educacional abriu caminhos para o questionamento do paradigma eurocêntrico e para a “descolonização dos currículos” (GOMES, 2019, p. 235), dando visibilidade aos sujeitos históricos anônimos, como o povo negro, além da História e cultura africana e afro-brasileira, fomentando uma Educação antirracista e decolonial (GOMES, 2019). Por isso, Nilma Lino Gomes (2019) assevera que a perspectiva negra decolonial brasileira:

[...] busca e coloca outras narrativas no campo do conhecimento e do currículo, que dá legitimidade aos saberes acadêmicos, político, identitários e estético-corpóreos negros. É aquela que dá relevância aos saberes e às práticas afro-brasileiros emaranhados em todos nós, inclusive nas pessoas brancas, nos vários grupos de imigrantes e seus descendentes e nos povos indígenas brasileiros (GOMES, 2019, p. 245).

Para o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2019), o questionamento do paradigma eurocêntrico pressupõe a necessidade de combater o “epistemicídio” causado pela ciência moderna, promovendo uma mudança epistemológica denominada de “epistemologias do sul” (SANTOS, 2019, p. 17). Historicamente, o conhecimento tido como válido é a ciência moderna, a mesma que invisibilizou grupos oprimidos, suas lutas sociais e políticas, além de, conseqüentemente, os saberes produzidos por estes. As epistemologias do sul estão ancoradas no reconhecimento e validação de conhecimentos e saberes

oriundos das lutas e experiências de resistências de grupos sociais que sistematicamente são alvos da opressão, das injustiças causadas pelo colonialismo, o patriarcado, o capitalismo, o racismo, etc. (SANTOS, 2019).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que “as epistemologias do sul referem-se aos conhecimentos e saberes que surgem das lutas sociais e políticas” (SANTOS, 2019, p. 18) de grupos historicamente oprimidos, que contestam as epistemologias dominantes. As epistemologias dominantes, ou seja, as do norte, levaram à sociologia das ausências, silenciando grupos sociais oprimidos no âmbito da ciência moderna, devido à predominância do paradigma eurocêntrico (SANTOS, 2019).

Assim, pode-se depreender que as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 possibilitaram repensar a educação brasileira, o ensino de História, o currículo escolar e a cultura universitária a partir de um novo desafio às professoras e aos professores da educação básica à academia: a abordagem da História da África e da História e cultura afro-brasileira, valorizando a nossa ancestralidade africana e identidade negra.

Para que isso ocorra, é essencial o questionamento do paradigma eurocêntrico e da sociologia das ausências, construindo possibilidades para uma Educação antirracista e decolonial, propiciando uma mudança epistemológica para que a escola e a academia sejam um mosaico de Histórias, culturas e múltiplos saberes, bem como da diversidade étnico-racial sem assimetrias.

Desta maneira, com base na perspectiva dos Estudos Culturais (HALL, 2013), compreendendo que a educação não ocorre apenas na escola e na academia, mas também em outros espaços da vida social, este texto objetiva visitar o ensino de História do Brasil ao fazer a abordagem da História e cultura afro-brasileira, dando visibilidade às mulheres negras, por meio da trajetória de vida de Ruth de Souza. Essa mulher negra foi homenageada pela escola de samba carioca Acadêmicos de Santa Cruz, no samba-enredo “Ruth de Souza – Senhora liberdade abre as asas sobre nós”, do carnavalesco Cahê Rodrigues no carnaval de 2019.

Assim, visa-se analisar as pedagogias culturais (STEINBERG, 2015), os ensinamentos difundidos no samba-enredo, na arte carnavalesca e na mídia sobre o povo negro após a abolição da escravidão com foco nas mulheres negras na História do Brasil, por meio da biografia de Ruth de Souza, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe, delineando caminhos para a educação antirracista e decolonial.

No século XIX, na perspectiva da Historiografia Tradicional e positivista, ancorada no paradigma eurocêntrico, os estudos históricos valorizavam a biografia de grandes líderes políticos, militares e religiosos dos registros/documentos oficiais, ou seja, os “grandes homens”, geralmente brancos e da elite, ocorrendo a invisibilização de outros grupos sociais, tais como indígenas, negros, mulheres, pobres, crianças, entre outros sujeitos anônimos. Na ordem da burguesia oitocentista, os autorretratos, os diários e as memórias, os romances, as autobiografias e as biografias davam ênfase às ações individuais dos “grandes homens”, cumprindo uma função “pedagógica cívica e patriótica das nações em construção” (SCHMIDT, 2012, p. 191). A escrita biográfica se vinculava ao regime de historicidade da história *magistra vitae*, visando “estimular nos leitores a imitação das ações dos ‘grandes homens’ do passado” (SCHMIDT, 2012, p. 200)².

Ao longo do século XX, principalmente com o movimento da Escola dos Annales, em 1929, a Historiografia Tradicional e positivista foi questionada pelos historiadores franceses, que propuseram uma história-problema, novas abordagens e novos objetos. A revolução documental propiciou a valorização de vestígios humanos plurais, ou seja, os documentos de diversos sujeitos históricos, possibilitando repensar a pesquisa, os estudos históricos e a escrita da História em uma perspectiva de longa duração, analisando as transformações, as mudanças e as permanências. Desta maneira, desde a década de 1980, constata-se uma redescoberta do gênero biográfico. Nos anos de 1990, a

² No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o termo biografia apareceu registrado nos dicionários europeus: em 1683, *biography*, em inglês; em 1709, *biographie*, em alemão; e em 1755, *biographie*, em francês. O século XIX foi marcado pelo debate sobre o indivíduo na história, repercutindo nos caminhos do gênero biográfico (SCHMIDT, 2012).

biografia se impôs “como forma legítima de se escrever e de se compreender a História” (SCHMIDT, 2012, p. 192).

A partir da história-problema dos *Annales*, os estudos e as narrativas biográficas possibilitaram compreender os contextos sociais em que viveram e/ou vivem as pessoas enfocadas. Algumas questões teórico-metodológicas são relevantes no estudo da biografia histórica: por que biografar esse indivíduo? Quais dimensões do passado são possíveis conhecer ao pesquisar/biografar determinada pessoa? Quais as contribuições da biografia do indivíduo para o conhecimento histórico? A escolha de uma trajetória de vida, ou seja, a biografia de uma pessoa, possibilitará o conhecimento histórico do passado e/ou do presente ao se relacionar o indivíduo com a sociedade. Assim, pode-se afirmar que a biografia é um modo de escrita da História (SCHMIDT, 2012; LEVILLAIN, 2003), como também uma forma de compreendê-la. A biografia histórica de uma pessoa é uma via de acesso a outras épocas e “pode servir de representação da história coletiva” (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

No Brasil contemporâneo, em decorrência do ensino de História ainda tradicional e eurocêntrico, muitas crianças, jovens e adultos, negros e de outras etnias, estudam, formam-se e saem da escola - e até da academia - sem conhecerem diversas biografias de personalidades negras da História do Brasil, homens e mulheres negros que com outros povos construíram o país com trabalho, lutas e resistências. Diante de tal constatação, reafirma-se a importância de uma Educação antirracista e decolonial urgente.

Neste *paper*, na medida em que se discorrer acerca da biografia de Ruth de Souza, algumas imagens/fotografias selecionadas serão apresentadas, pois registram momentos da trajetória de vida dessa artista. Os registros fotográficos são importantes no estudo da sociedade contemporânea. As fotografias registram “fatos, acontecimentos, situações vividas em um tempo presente e que logo se torna passado” (BITTENCOURT, 2011, p. 366). As fotografias servem como registros da memória. A partir do olhar do/a fotógrafo/a se seleciona o que se deseja registrar/rememorar com as fotografias. Por isso, é importante ressaltar

que “rever fotos significa lembrar, rememorar ou mesmo ‘ver’ um passado desconhecido” (BITTENCOURT, 2011, p. 366).

As fotografias estão associadas a um processo de memória que desperta a oralidade. Por exemplo, a observação de fotografias organizadas em álbuns de família traz recordações/memórias, instigando as pessoas a falarem sobre aqueles registros fotográficos e expondo vivências do passado. Disso decorre a importância de analisar as fotos (imagens, signos verbais e não-verbais, cores, luminosidade) considerando o contexto em que foram produzidas, datadas, articulando a análise com outras fontes históricas. A fotografia enquanto “imagem/monumento” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406) é a representação daquilo que, no passado, as pessoas e/ou a sociedade desejavam perenizar de si mesmas para o futuro. Sendo assim, a fotografia enquanto monumento é agente de um processo de criação de memória, podendo promover a legitimação de uma determinada escolha e/ou o esquecimento de todas as outras (BITTENCOURT, 2011; CARDOSO; MAUAD, 1997).

No ensino de História, entendendo a relevância da biografia de Ruth de Souza para se repensar a História do povo negro e das mulheres negras no Brasil, foram selecionadas imagens/fotografias dessa artista: em sua maturidade, já idosa, apresentando sua longevidade; a juventude e a atuação no Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1947; quando saiu na capa da Revista Manchete em 1953 (RUTH..., 2019a); e participou do evento e do debate “Eu Mulher Negra Resisto”, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que foi realizado por Marielle Franco, quando esta atuava como vereadora, pelo PSOL, em 2017.

2. O povo negro e as mulheres negras após a abolição da escravidão: revisitando a História do Brasil

No Brasil, por mais de trezentos anos, os africanos e as africanas foram escravizados desde o período colonial ao imperial. Homens e mulheres negros foram arrancados à força do continente africano e levados para a América. Com o fim da escravização do povo negro em 1888, este chegou à liberdade sem o acesso à terra, ao trabalho digno e à educação. Uma liberdade sem cidadania, porque o Estado brasileiro não se preocupou em estabelecer políticas públicas de

inclusão do povo negro à sociedade brasileira, valorizando a imigração com o objetivo de impulsionar a substituição do trabalho escravo pelo livre, promovendo o branqueamento do povo.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, após a abolição da escravidão e em decorrência das teorias raciais que dominavam o pensamento da elite, o Estado brasileiro incentivou a imigração para promover o desenvolvimento do país com o trabalho livre, além de realizar o branqueamento da população. Naquela época, indígenas e negros eram concebidos como “raças inferiores e degenerativas”, por isso a elite que se apropriou da esfera do Estado desejava o branqueamento do povo. O projeto de modernidade e desenvolvimento para o Brasil estava associado ao branqueamento do povo brasileiro. Para isso, a elite esperava que indígenas, negros e mestiços desaparecessem e que, no futuro, o país fosse uma nação eminentemente branca, de ascendência europeia (MUNANGA, 1999; NASCIMENTO, 2017). Para Abdias do Nascimento (2017), o branqueamento do povo brasileiro era uma estratégia de genocídio do povo negro.

Por conta disso, no final do século XIX e ao longo do século XX, o Movimento Negro surgiu e passou a denunciar o racismo e o mito da democracia racial no Brasil, reivindicando o acesso ao trabalho, à educação e a valorização da História da África e do povo negro na História do Brasil. O Movimento Negro atuou por meio de múltiplas frentes: a Imprensa Negra; a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo no ano de 1931, que se tornou partido político em 1936, sendo extinto com o golpe de Estado do presidente Getúlio Vargas em 1937, quando instaurou o Estado Novo; o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro, criado por Abdias do Nascimento em 1944, desenvolvendo atividades voltadas para a alfabetização do povo negro, a formação de atores e atrizes negros por meio das Artes Cênicas, unido ao combate às práticas de discriminação, atuante até 1968; o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial, em 1978, posteriormente rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, onde Lélia Gonzalez, outras e outros ativistas negros atuaram; e, principalmente, o Movimento das Mulheres Negras a partir dos anos

de 1980, quando se intensificaram suas lutas em nosso país, pautando o debate público com discussões de gênero, raça e classe, tensionando os diálogos e lutas estabelecidos pelo Movimento Negro e pelo Movimento Feminista (CARNEIRO, 2018; GOMES, 2017; MUNANGA, GOMES, 2016; RIBEIRO, 2018; GONZALEZ, 1981; NASCIMENTO, 1976).

É importante ressaltar que ao longo do século XX, no ensino de História, a narrativa da História tradicional e eurocêntrica perdurou, silenciando as lutas sociais e políticas de grupos oprimidos e movimentos sociais, tais como o Movimento Negro. Nas últimas décadas do século XX, nos anos de 1970, no Brasil, houve o ressurgimento dos movimentos sociais que reivindicavam o fim do regime militar (1964-1985) e o retorno à democracia.

Nesse período, intelectuais, professoras e professores buscaram repensar a Educação, questionando a Educação tecnicista, tradicional e eurocêntrica ainda preponderante no Brasil, com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 5.692/1971. No âmbito da área de História, professoras e professores almejavam um ensino de História crítico e reflexivo, que formasse o cidadão e a cidadã críticos e atentos à realidade social, na qual estavam inseridos. E mais: elas e eles desejavam o retorno da História e da Geografia como disciplinas autônomas no currículo escolar, pondo fim aos Estudos Sociais, como também contestavam as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSP) na escola, e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) na educação superior. Uma “era do repensar” (RAMOS, 2015, p. 94) da educação, de novas propostas curriculares que buscaram se distanciar da Educação do regime militar brasileiro (GUIMARÃES, 2012).

As novas propostas curriculares surgiram em diferentes regiões do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Dessas novas propostas curriculares, as de São Paulo e Minas Gerais influenciaram a organização de propostas de outros estados, tendo em sua maioria como fundamento o construtivismo e a História temática, numa alternativa ao ensino tradicional. As novas propostas curriculares foram influenciadas pelo marxismo, pela História Nova, História Social e Cultural, e em sua maioria se fundamentavam em modelos

pedagógicos críticos e progressistas (BITTENCOURT, 2011; FONSECA, 2012; RAMOS, 2015).

Os anos de 1980 e 1990, período de redemocratização do país, foram novos tempos para se repensar a educação brasileira, e com as novas propostas curriculares outros olhares foram delineados para o ensino de História, a fim de formar o cidadão crítico e reflexivo, atento à sua realidade social. Nesse contexto histórico, com a aprovação da Constituição de 1988, no artigo 5º, inciso XLII, se definiu que racismo é crime inafiançável em nosso país (BRASIL, 1988). Isso foi resultado das lutas travadas pelos ativistas do Movimento Negro ao longo do século XX.

Após essa conquista, o Movimento Negro seguiu pressionando o Estado brasileiro e lutando por políticas públicas que propiciassem o acesso à educação e ao trabalho, bem como à valorização da História da África e do povo negro. Os ativistas do Movimento Negro continuaram denunciando o racismo e as desigualdades raciais e sociais e a estrutura da branquitude, que ainda se constituem em obstáculos para que o povo negro exerça o pleno exercício da cidadania.

Considerando o contexto mundial, após a queda do Muro de Berlim em 1989 e com a expansão da globalização, do neoliberalismo e do multiculturalismo, inclusive no Brasil ao longo da década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreu em meio a reformas educacionais a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, delineando outros olhares para a Educação, valorizando-se a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro.

Com base na LDBEN, Lei n. 9.394/1996, artigo 26, parágrafo 4º, a educação básica deve ter uma base nacional comum e o ensino de História do Brasil precisa contemplar a História dos múltiplos povos que construíram esse país e deram origem ao povo: indígenas, africanos e europeus, definindo que:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada,

exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] §4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (BRASIL, 1996).

Apesar de todas essas transformações ocorridas na educação nacional brasileira ao longo dos anos de 1980 e 1990, foi somente no início do século XXI, como já mencionado, com a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDBEN, Lei n. 9.394/1996, que se definiu a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas de nosso país. Também se incluiu o “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar (BRASIL, 2003). A Lei n. 11.645/2008 ampliou o estudo da diversidade étnico-racial, social e cultural do povo brasileiro, pois determinou o estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino de nosso país (BRASIL, 2008).

Essas Leis são conquistas históricas, oriundas das lutas sociais e políticas por cidadania travadas pelo Movimento Negro e Movimento Indígena ao longo da História do Brasil. É interessante enfatizar que o estudo da História dos povos indígenas e negro não se limita apenas à celebração das datas “19 de abril - Dia do Índio” e ao “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra”. No espaço escolar e na Academia, ainda é necessário descolonizar o currículo, impulsionar uma mudança epistemológica e um repensar das práticas pedagógicas nas instituições de ensino. Tudo isso no sentido de dar visibilidade a outros saberes, Histórias, práticas culturais, lutas e resistências de grupos invisibilizados pela Historiografia Tradicional, pelo paradigma eurocêntrico, pelo racismo, pelo patriarcado e machismo, enfrentados por indígenas, negros, mulheres, crianças, entre outros grupos sociais oprimidos.

3. Ruth de Souza, a Dama negra do teatro: diálogo interseccional gênero, raça e classe

Figura 1: Ruth de Souza (1921-2019)



Fonte: (RUTH..., [2020]).

Em 1921, Ruth Pinto de Souza nasceu no Rio de Janeiro, no subúrbio do Engenho de Dentro. Durante sua infância, a família se mudou da capital do Brasil e foi viver em uma chácara, no vilarejo Porto Marinho, em Minas Gerais. Lá ela permaneceu até os 9 anos de idade. Quando o pai faleceu, Ruth de Souza, com sua mãe e irmãos, retornaram ao Rio de Janeiro e foram morar em uma vila de lavadeiras, em Copacabana (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021b; LOPES, 2019b).

No Rio de Janeiro, Ruth de Souza fez História, rompeu com o racismo, o machismo da época e com os papéis sociais relegados às mulheres negras no Brasil após a abolição da escravidão, tais como empregadas domésticas, babás, amas de leite, entre outras atividades profissionais de baixa remuneração (LOPES, 2019b; RATTIS; RIOS, 2010; GONÇALVES; SILVA, 2007).

A mãe, Alaíde Pinto de Souza, que adorava operetas, gostava de levar a única filha aos espetáculos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Ruth de Souza afirmava que eram pobres, mas a mãe, que trabalhava lavando roupas, dava um jeito de adquirir os ingressos e levá-la ainda menina para ver as produções artísticas. E não parou nisso: na juventude, Ruth de Souza, depois de ler um anúncio de formação do Teatro Experimental do Negro (TEN), resolveu participar deste. O TEN era liderado pelo jovem Abdias do Nascimento. Ali ela aprendeu Artes Cênicas e de tudo fez um pouco, ou seja, dirigir peças de teatro, criar figurinos e

cenários, e até ajudar na bilheteria (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021b; LOPES, 2019b; MUNANGA; GOMES, 2016).

Abdias do Nascimento com o TEN influenciou a formação de gerações de atores e atrizes negros, como Ruth de Souza. O episódio da série documental “Heróis de Todo Mundo” intitulado “Abdias do Nascimento (1914 - 2011) por Antônio Pompêo”, permite conhecer o protagonismo desse ativista negro na sociedade brasileira (HERÓIS..., 2014). Abdias do Nascimento atuou no Movimento Negro, na educação, na política e em diversos espaços da vida social, conquistando prestígio e reconhecimento no Brasil e nos EUA. Ele, por meio do TEN, incentivou o povo negro a se alfabetizar e a se formar em Artes Cênicas, impulsionando assim o surgimento de atores e atrizes negros.

Figura 2 - Ruth de Souza e o Teatro Experimental do Negro (TEN)



Fonte: (RUTH..., 1947).

Com o Teatro Experimental do Negro, Ruth de Souza, desde sua juventude, desbravou outros caminhos para as mulheres negras no âmbito das Artes Cênicas, permitindo outras possibilidades de atuação na sociedade brasileira, rompendo com o racismo, o machismo e a pobreza daquela época. Ela seguiu seu amor pelas

artes, estudou, adquiriu conhecimento e ganhou o palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Os jovens do TEN solicitaram ao prefeito do Rio, então Distrito Federal, Henrique Dodsworth, a reserva de uma data da agenda do Teatro Municipal para a estreia da peça “O imperador Jones”. Foi com essa peça que, em 08 de maio de 1945, atores negros, incluindo Ruth de Souza, estrearam no Teatro Municipal do Rio. Nesse espaço aristocrático, ela foi a primeira mulher negra a se apresentar como atriz, revolucionando a sociedade do período (LOPES, 2019b).

Ruth de Souza, com seu talento, brilhou no palco do Teatro Municipal do Rio, conquistou o Brasil e o contexto internacional, pois, por intermédio do diplomata e escritor Paschoal Carlos Magno, presidente da Casa de Estudante Brasil, ela conseguiu uma bolsa de estudos e foi estudar nas melhores escolas de dramaturgia dos Estados Unidos: na Universidade de Harvard, em Washington, na Academia Nacional do Teatro Americano, em New York, e na Karamu House, em Cleveland. Assim, ela aperfeiçoou seus conhecimentos sobre as Artes Cênicas, som, iluminação, vestuário, dança e música (LOPES, 2019b).

Por conta da bolsa de estudo, Ruth de Souza viajou para os EUA, onde permaneceu por um ano, estudando e se profissionalizando nas Artes Cênicas. Longe de casa, ela se deparou também com outra realidade social: a de segregação racial entre brancos e negros na sociedade estadunidense. Naquela época, os ativistas negros lutavam e reivindicavam pelos direitos civis para o povo negro³. Assim, nos EUA, durante seus estudos, Ruth de Souza teve a oportunidade de conhecer a realidade do povo negro norte-americano, sem se esquecer dos problemas que o povo negro vivenciava na sociedade brasileira, embora aqui não existisse o *apartheid*.

Ao regressar ao Brasil, a atriz fez mais sucesso e foi disputada pelos principais estúdios cinematográficos da época, participando de produções da

³ É possível vislumbrar esta realidade social que Ruth de Souza se deparou nos EUA durante seus estudos, ao se assistir algumas produções cinematográficas sobre o povo negro, a juventude negra, as mulheres negras, o racismo, a ação da Ku Klux Klan e o ativismo negro, como em “Mississippi em chamas” (1988) de direção de Alan Park; “Panteras negras” (1995), de Mário Van Peebles; “Histórias cruzadas” (2012), de [Tate Taylor](#); “Estrelas além do tempo” (2016), de Theodore Melfi; “Infiltrado na Klan” (2018), de Spike Lee; entre outras.

Atlântida, da Maristela Filmes e da Vera Cruz. Ela se tornou a grande “Dama do Teatro Negro do Brasil” (LOPES, 2019b, p. 283), popularizando seu talento, conhecimento e beleza em diversos espaços: no teatro, no cinema, nos meios de comunicação social como jornais, revistas e televisão. Em 1953, foi a primeira mulher negra a sair em capa de revista, sendo denominada “estrela negra” na *Manchete*, em seu número 56 (LOPES, 2019b; MUNANGA; GOMES, 2016).

Figura 3 - A “Dama do Teatro Negro do Brasil” na Revista *Manchete* (1953)



Fonte: (RUTH..., 2019a)

A trajetória de vida de Ruth de Souza traz inspiração para se problematizar as relações étnico-raciais no Brasil em longa duração: a vida do povo negro da abolição da escravidão em 1888 à contemporaneidade, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a pobreza em que a maioria do povo negro se encontrava e se encontra, tudo a fim de questionar a estrutura da branquitude e do racismo.

Ruth de Souza foi a primeira mulher negra a protagonizar uma telenovela. Ela foi reconhecida no mundo artístico e recebeu várias premiações, sendo também a primeira brasileira indicada a um prêmio internacional de cinema, no

Festival de Veneza em 1954 (LOPES, 2019b; MUNANGA; GOMES, 2016). Ela, igualmente, questionou papéis sociais destinados aos negros no mundo da arte, recusando “papéis inconsistentes ou que se distanciassem completamente da realidade” (LOPES, 2019b, p. 284).

Ao longo da História do Brasil, nem sempre o conhecimento e a beleza do povo negro e da mulher negra foram enaltecidos. O povo negro foi representado por meio de estereótipos tais como “selvagem”, “inferior”, feio” e “sujo”, decorrentes do pensamento eurocêntrico e do complexo de inferioridade construído pelo colonizador sobre o colonizado. O mundo branco foi exaltado (RIBEIRO, 2017; FANON, 2008). Assim, difundem-se preconceitos sobre o povo negro, mais particularmente sobre as mulheres negras. Geralmente elas são associadas à “doméstica”; “mãe preta”, aquela que tem bom coração, que limpa a casa das famílias de pessoas brancas e que cuida dos filhos destas, sendo “quase da família”; e/ou a “mulata - produto de exportação” (GONZALEZ, 1981, p. 45)⁴, produzindo-se a objetificação dos corpos negros femininos e a exploração sexual (GONZALEZ, 1981; NASCIMENTO, 1976).

Para algumas pessoas, a “mulher negra ainda é a gostosa do samba ou empregada; e o homem negro, o malandro ou ladrão” (RIBEIRO, 2018, p. 49). A mulher branca é concebida como padrão de beleza e de estética, em detrimento da beleza da mulher negra (RIBEIRO, 2019). A mulher negra não é vista como bela, e não lhe atribui o domínio do “pensar”, ocorrendo o epistemicídio, o “aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual”, negando “aos negros da condição de sujeitos do conhecimento” (RIBEIRO, 2019, p. 62).

⁴ É importante ressaltar que quando Angela Davis veio ao Brasil, em 2019, na turnê de lançamento do livro *Uma autobiografia* (2019), esta filósofa feminista estadunidense asseverou: “Leiam Lélia Gonzalez” (DAVIS, 2019 apud RODRIGUES, 2020, p. 1). Esta intelectual negra brasileira, por sua vez, é uma das intérpretes do Brasil que analisou a sociedade e denunciou a exclusão do povo negro e das mulheres negras, sendo pioneira no diálogo interseccional gênero, raça e classe, abrindo caminhos para o feminismo negro. Algumas publicações/coletâneas reúnem textos e discursos de Lélia Gonzalez como *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018), organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), e *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (2020), organizada por Flávia Rios e Márcia Lima.

Considerando esse trágico legado colonial na sociedade contemporânea, é interessante depreender que “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (RIBEIRO, 2017, p. 61). Em sua trajetória de vida, a mulher negra vivencia uma tripla forma de opressão: de gênero, raça e classe. Essa tripla forma de opressão leva a conjugação de formas de discriminações na sociedade, impulsionando o ativismo negro e o diálogo interseccional no interior do Movimento Negro e do movimento feminista (RIBEIRO, 2019; CARNEIRO, 2018; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1981; NASCIMENTO, 1976).

Diante dessa realidade, pode-se ressaltar o protagonismo insurgente de Ruth de Souza, pois, como já afirmado, foi a primeira mulher negra a pisar no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a protagonizar uma telenovela, a ser capa da revista *Manchete* em 1953 e primeira mulher brasileira a ser indicada a um prêmio internacional de cinema, o Festival de Veneza em 1954. Ela abriu caminhos para as mulheres negras, apresentando outras possibilidades de ser e estar no mundo, embora o racismo e o machismo, a difusão de estereótipos, as práticas de preconceito e discriminação raciais sigam presentes na sociedade brasileira.

A Dama do Teatro Negro do Brasil “quebrou” as correntes da discriminação por ser mulher, negra e pobre, e conquistou seu espaço na sociedade por meio do estudo, conhecimento, arte, beleza, protagonismo e altivez, recebendo reconhecimento, premiações e homenagens. Em agosto de 2017, Marielle Franco, vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁵, mulher negra, periférica,

⁵ Marielle Franco (1979-2018), ex-vereadora do PSOL, foi eleita em 2016, com mais de 46 mil votos, sendo a 5ª mais votada da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 14 de março de 2018, ela foi assassinada brutalmente, juntamente com o motorista Anderson Pedro Gomes. Depois disso, em 2019, a família de Marielle Franco fundou o Instituto Marielle Franco (IMF), para preservar a memória e o legado de Marielle, transformando o luto em luta por justiça, apoiando as mulheres negras em sua diversidade na política institucional e reivindicando políticas públicas para o combate ao racismo, ao machismo, a misoginia, a violência política, as desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil. Para conhecer as múltiplas ações do IMF, veja: (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, [2022]). Em 2020, ano de Eleições Municipais, em nosso país, o Instituto Marielle Franco lançou a PANE- Plataforma Antirracista nas Eleições, com o objetivo de difundir e ampliar a maneira de fazer política de Marielle, apoiando pessoas candidatas comprometidas com a Agenda Marielle Franco. Para conhecer a PANE, veja: (PANE, [2020]). Em 2022, há 4 anos, a família de Marielle Franco segue na luta por justiça por Marielle e Anderson e questionando “Quem mandou matar Marielle?” (SILVA, PRIORI, 2021; GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021a; FRANCO, 2020; LOPES, 2019a).

cria da favela da Maré, socióloga, ativista do Feminismo Negro e de Direitos Humanos, organizou o evento “Eu Mulher Negra Resisto”, na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, empretecendo aquele espaço político institucional. Nesta cerimônia, ela rendeu homenagens às mulheres negras, entregando uma medalha à escritora Conceição Evaristo e promovendo um debate com a participação de Flávia Oliveira, mãe Meninazinha de Oxum, Patrícia Oliveira, Ruth de Souza, Jurema Werneck, entre outras mulheres negras (FRANCO, 2020).

Figura 4 - Eu Mulher Negra Resisto⁶



Fonte: Franco (2020, p. 194).

Figura 5 - Marielle Franco e Ruth de Souza

⁶ Fotografias do acervo familiar de Anielle Franco, Diretora do Instituto Marielle Franco. Curso “Marielle Franco”, ministrado por Anielle Franco, em 2020.



Fonte: Franco (2020, p. 194).

Ruth de Souza em sua trajetória de vida foi protagonista no universo das Artes e também não se furtou em debater sobre a realidade do povo negro em nosso país, dialogando com diversas gerações de mulheres negras como no evento “Eu Mulher Negra Resisto” (2017). Ela, antes de se despedir desse mundo, no carnaval carioca de 2019, recebeu uma linda homenagem da escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz, do Grupo Série A, desfilando na Sapucaí.

4. O samba canta a mulher negra “Ruth de Souza - Senhora liberdade abre as asas sobre nós”: por uma Educação antirracista e decolonial

A escola de samba carioca Acadêmicos de Santa Cruz, no carnaval de 2019, pelo Grupo Série A, na Passarela do Samba, apresentou enredo homenageando a Dama do Teatro Negro do Brasil, Ruth de Souza. Entende-se por escolas de samba as agremiações carnavalescas que preservam um dos patrimônios culturais do Brasil, o samba, expressão de nossa brasilidade, de identidade nacional, da nossa ancestralidade africana e da História e cultura afro-brasileira (NOGUEIRA, 2015; SIQUEIRA, 2012).

Pensar o samba no ensino de História significa revisitar também a História da África e do povo negro no Brasil. Na África central, principalmente em Angola e Congo, os batuques e umbigadas do povo deram origem ao semba. Por conta da colonização na América portuguesa, principalmente a partir do século XVI, com a

diáspora africana e o tráfico negreiro, os africanos e as africanas que foram retirados à força de seu continente de origem difundiram e ressignificaram suas práticas culturais, dando origem à cultura afro-brasileira. Assim, de semba na África, no Brasil se fez samba (HEYWOOD, 2019; LOPES; SIMAS, 2015; MILLER, 2019; SILVA, 2018, 2019). Samba significa “cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito” (LOPES; SIMAS, 2015, p. 247; LOPES, 2004, p. 595).

No Brasil, mais fortemente no Nordeste e no recôncavo baiano, os batuques e umbigadas levaram ao florescimento do samba de roda. No século XIX, em decorrência da diáspora baiana com destino à capital do Império, muitas tias baianas do candomblé, como Tia Ciata, migraram para o Rio de Janeiro. Com o advento da República e a vigência do código criminal de 1890, práticas culturais do povo negro, expressões da cultura afro-brasileira - tais como o jogo de búzios da baiana do candomblé, as religiões de matriz africana, a capoeira, o samba, entre outros - foram alvo de repressão e perseguições policiais. As tias baianas em suas casas, nas festas aos orixás, juntamente com os sambistas, resistiram às perseguições policiais do Brasil Império à República, possibilitando o surgimento de composições de vários sambas, por exemplo: “Pelo telefone”, de Donga e Mauro de Almeida, que foi o primeiro samba gravado, lançado em disco pela Odeon em 1917. A Pequena África, a Pedra do Sal e o Estácio se constituíram em espaços de vivências e sociabilidades do povo negro e de bambas, ou seja, em berços do samba (ABREU, 2018; FERREIRA, 2004; LOPES; SIMAS, 2015; SILVA, 2019; SOUZA, 2018; NOGUEIRA, 2015).

Na década de 1920, no Rio de Janeiro, com a reforma urbana ocorrida durante o governo do prefeito Pereira Passos, o povo negro e pobre, entre outros populares, foram obrigados a se retirar do centro, da Pequena África, e muitos foram morar nos morros, surgindo assim as favelas. Outros populares foram viver no subúrbio carioca. Desta maneira, o samba subiu o morro com o povo negro e pobre (FERREIRA, 2004; NOGUEIRA, 2015; SIQUEIRA, 2012).

Na década seguinte, o samba ganhou as ruas e avenidas do Rio, durante o governo do presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945) e do prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto, quando houve a oficialização do carnaval como a

grande festa nacional, buscando impulsionar o turismo. Na festa de carnaval, o samba se consagrou como o gênero musical nacional, principalmente após 1932, quando ocorreu o primeiro desfile oficial de escolas de samba. O samba se tornou um dos símbolos de brasilidade e da identidade nacional. As matrizes do samba no Rio de Janeiro são o partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo. Quanto ao samba-enredo, a cada ano, a partir do enredo apresentado pelo carnavalesco, pela carnavalesca e/ou pela comissão de carnaval, as escolas de samba em suas respectivas quadras fazem a seleção do samba que irá representar a agremiação e se tornará o hino cantado e defendido pela comunidade no desfile (FERREIRA, 2004; SIQUEIRA, 2012; SILVA, 2018, 2019; LOPES; SIMAS, 2015; NOGUEIRA, 2015).

Assim, na medida em que o Estado brasileiro incentivou os festejos de carnaval, o samba que, em sua essência, era e é negro, foi sendo apreciado por outras pessoas de diversas etnias, tanto por brasileiros como turistas estrangeiros. Por sua vez, o samba, ao se constituir em uma composição musical, traduz-se como um “documento-canção” (NAPOLITANO, 2016, p. 77). Por conseguinte, analisá-lo pressupõe relacionar texto verbal e não-verbal (estrofes e versos/melodia) ao contexto histórico de produção, a fim de se compreender os discursos, as narrativas, ou seja, os sentidos e significados produzidos pelos compositores e difundidos na sociedade. Pois:

a música popular tem traduzido e iluminado, a um só tempo, as posições e os dilemas não só dos artistas, mas também dos seus públicos e mediadores culturais (produtores, críticos, formadores de opinião) (NAPOLITANO, 2016, p. 76).

Considerando a História de lutas e resistências do povo negro e do samba na História do Brasil contemporânea, a Acadêmicos de Santa Cruz seguiu a tradição. Essa agremiação carnavalesca, por intermédio do samba, contou, narrou e cantou o protagonismo da mulher negra Ruth de Souza no universo das artes, no carnaval carioca de 2019.

A Acadêmicos de Santa Cruz propalou pedagogias culturais (STEINBERG, 2015), ou seja, ensinamentos com o enredo, o samba-enredo e a arte

carnavalesca sobre a trajetória de vida de Ruth de Souza, que se destacou na sociedade brasileira em diversos espaços de difusão das artes: teatro, cinema, rádio, revista, televisão, entre outros.

Antes da análise do samba-enredo, faz-se necessário aqui um breve histórico dessa escola de samba em tela. A Acadêmicos de Santa Cruz foi fundada em 18 de fevereiro de 1959, tendo suas raízes em um Bloco de Sujo, o Vai Quem Quer. Esse bloco era formado por um grupo de rapazes descontentes com o bloco carnavalesco Garotos do Itá, do qual participavam. Assim, Hominho, Guilherme, Luiz Taqueiro, Áureo, Pitico, Otacílio, Bira, Coragem, Santana e Dindica resolveram fundar o bloco carnavalesco Os Acadêmicos de Santa Cruz, conquistando várias vitórias nos desfiles da região rural, o que levou o bloco a se transformar em escola de samba com o propósito de participar do desfile oficial de carnaval.

Dona Marieta, figura ilustre do bairro de Santa Cruz, escolheu as cores verde e branco para representar a Acadêmicos de Santa Cruz. Guilherme José de Andrade foi escolhido para coordenar aquela agremiação carnavalesca. Em 1962, a escola de samba se filiou à Confederação das Escolas de Samba, passando a se denominar Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz e participando do desfile da Praça Onze, no carnaval de 1963 (ACADÊMICOS DE SANTA CRUZ, 2020).

A seguir, a letra do samba-enredo "Ruth de Souza, Senhora liberdade. Abre as asas sobre nós!", composto por Samir Trindade, Júnior Fionda e Elson Ramirez, enredo do carnavalesco Cahê Rodrigues, do carnaval carioca de 2019, da Acadêmicos de Santa Cruz (APOTEOSE, 2019). Na primeira estrofe, predominaram nos versos o tempo verbal passado: a infância de Ruth de Souza, sua vivência no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, exaltando a beleza da dama do teatro, denominada como "estrela", "pérola negra", "joia" de "rara beleza", atribuindo adjetivos apreciativos à mulher negra, contrapondo estereótipos destinados ao povo negro.

Dama, meu motivo de rara beleza
Acalanto a sua alteza
A estrela que brilha por nós

Oh, pérola negra!
Joia que emana a paz
Lapidada nas Minas Gerais
Seu destino: Encantar corações
Canoas, um cortejo de saudade
A doce lembrança que ficou pra trás
No Rio, lindo mar de esperança
Refletindo a infância, acende os ideais

Talento é dom pra vencer
Preconceito não pôde calar
Foi preciso acreditar
Menina mostra a força da mulher
O negro pode ser o que quiser

Resplandeceu da humildade a sua glória
A emoção, pioneira no Municipal
E aprendeu, viveu a arte em sua história
Inspiração, no palco do meu carnaval
Divina musa, no esplendor se fez atriz
Um sorriso de uma raça não apaga a cicatriz

Voa, senhora mãe da liberdade
Em seu papel, a igualdade
De quem sentiu na pele a dor
Brilham Marias, Carolinas de Jesus
Você foi a resistência
E a resistência hoje é Santa Cruz

Ê, Odara
Ê, Odara
Ê Odara
Ê, oh, sinhá moça
Ê, Odara
Ê, o samba
Reverenciar Ruth de Souza (RUTH..., 2019b)

Já na segunda estrofe, exaltou-se o talento de Ruth de Souza, que, apesar do racismo, preconceitos e práticas de discriminação em relação ao povo negro, superou a pobreza e o preconceito, demonstrando a força da mulher negra na sociedade brasileira. Assim, a comunidade de Santa Cruz cantou na Passarela do Samba: “Talento é dom pra vencer/ Preconceito não pôde calar/ Foi preciso acreditar/ Menina mostra a força da mulher”.

Além disso, deu-se destaque ao verso: “O negro pode ser o que quiser”, sendo repetido duas vezes no canto da comunidade da Acadêmicos de Santa Cruz, incentivando o povo negro a atuar em diferentes esferas da vida social, a exemplo

da Dama do Teatro Negro do Brasil, que se notabilizou no teatro, no rádio, na revista, no cinema, na televisão, entre outros espaços.

No enredo da escola de samba, sob coordenação do carnavalesco Cahê Rodrigues, durante o desfile na Sapucaí, a Acadêmicos de Santa Cruz por meio da arte carnavalesca, com a comissão de frente, mestre-sala e porta bandeira, alegorias, alas, canto, dança, teatro e paradas do samba em ritmo de funk, fez a representação (HALL, 2016) da trajetória de vida de Ruth de Souza, da infância à juventude.

Compreende-se por representação o processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados pelas pessoas em uma dada cultura. O ato de representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que representam nossas ideias, pensamento, objetos, enfim, a linguagem é utilizada para representar o mundo. A linguagem pode ser escrita ou não, constituindo, a partir de sistemas escrito e falado, imagens visuais produzidas de forma manual, mecânica, digital, eletrônica e/ou por outros meios. No processo de representação, a linguagem é essencial, produzindo sentidos e significados, ou seja, formas de pensar e representar o mundo (HALL, 2016).

Desta forma, na Passarela do Samba, a escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz fez a representação de fatos selecionados e considerados relevantes na História de vida de Ruth de Souza, suas lutas e resistências até se tornar a grande Dama do Teatro Negro do Brasil, por meio do enredo e da arte carnavalesca. Assim, narrou fatos como: a infância pobre e a o falecimento do pai quando ela tinha nove anos, a vida no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, seu regresso à cidade carioca; a jovem mulher negra, representada pela atriz Isabel Filardis, fascinada pelas artes e estudiosa; a “aluna nota 10”, o seu ingresso no Teatro Experimental do Negro e sua estreia no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; a viagem aos EUA para ampliar seus estudos sobre as artes cênicas e seu sucesso no teatro, no rádio, no cinema, entre outros espaços onde abrilhantou a expressão artística (ACADÊMICOS DE SANTA CRUZ, 2019).

É interessante acessar o desfile completo da Acadêmicos de Santa Cruz, disponível no *YouTube*, para se vislumbrar as representações da vida de Ruth de

Souza na Arte carnavalesca. Nesse texto estarão em destaque algumas imagens do enredo. A seguir, o carro alegórico “Sessão das moças – cinema”, onde há várias pessoas como destaque com suas fantasias, em sua maioria nas cores preto e branco, e uma grande escadaria para representar os degraus percorridos por Ruth de Souza até conquistar o sucesso nas artes. Abaixo, vemos como o carro foi contornado com imagens de Ruth de Souza, entre estrelas amarelas, representando a juventude e a maturidade desta mulher negra, no mundo artístico cinematográfico.

Figura 6 - Alegoria: “Sessão das moças – cinema”



Fonte: Desfile completo Santa Cruz: série A – Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IPCkuTKy4yc>.

Ao retomar a análise do samba-enredo, quanto à terceira estrofe, nesta se deu visibilidade ao pioneirismo de Ruth de Souza no Teatro Municipal do Rio de Janeiro nos anos de 1940, pois, como já se expôs anteriormente, em 1945 ela foi a primeira mulher negra a se apresentar naquele palco. Ela viveu da arte, enfrentou o machismo, o racismo e a pobreza, estudando e trabalhando. Assim, Ruth de Souza se tornou uma fonte de inspiração para o povo de Santa Cruz, o povo negro e, enfim, para o povo brasileiro.

Ainda, nessa estrofe, por meio do canto, a comunidade da Acadêmicos de Santa Cruz novamente deu destaque a dois versos do samba: “Divina musa, no esplendor se fez atriz/Um sorriso de uma raça não apaga a cicatriz”. A mulher negra representada por Ruth de Souza foi enaltecida, pois a musa do teatro que encantou pessoas, como atriz, superou as adversidades e abrilhantou o mundo nos palcos da vida, sendo o “sorriso de uma raça”.

Na penúltima estrofe, ela foi reverenciada como a “Senhora mãe da liberdade”, que superou o preconceito e a discriminação racial para seguir seu destino e conquistar o mundo das artes cênicas, sendo exemplo de luta e resistência. No samba-enredo também se deu visibilidade a outra mulher negra que se destacou no século XX, na História do Brasil, a escritora negra da favela do Canindé, em São Paulo, Carolina Maria de Jesus, autora da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicada em 1960 (JESUS, 2001). Assim, na Sapucaí, a comunidade de Santa Cruz seguiu cantando e afirmando a identidade negra, celebrando lutas e resistências do povo negro e de mulheres negras no carnaval de 2019: “Voa, senhora mãe da liberdade/Em seu papel, a igualdade/De quem sentiu na pele a dor/Brilham Marias, Carolinas de Jesus/Você foi a resistência/E a resistência hoje é Santa Cruz”.

Na última estrofe do samba-enredo se nomeou a Dama Negra do Teatro, Ruth de Souza, reverenciando sua trajetória de vida como mulher negra e atriz no universo das artes, enaltecida como a “Senhora da liberdade e da paz”, orgulho do povo negro, do povo brasileiro. Isso foi representado de forma brilhante na Sapucaí, quando o desfile da escola de samba Acadêmicos da Santa Cruz foi encerrado com a alegoria: “Ruth de Souza – Senhora Liberdade, abre as asas sobre nós”.

Figura 7 - Alegoria: “Ruth de Souza –Senhora Liberdade, abre as asas sobre nós”



Fonte: (DESFILE..., 2019).

Nesse carro alegórico, Ruth de Souza foi representada por meio de uma grande escultura de mulher negra, com vestimentas e asas brancas. As asas têm detalhes em dourado e os braços da Dama do Teatro se movimentam. Em cada canto da alegoria, há uma coroa em miniatura e na cor dourada. Ao centro da alegoria, atrás da escultura, há uma grande coroa dourada, tendo também algumas pessoas como destaques e suas respectivas fantasias.

Nessa representação, a Dama do Teatro Negro do Brasil foi reverenciada como a “Senhora da liberdade e da paz”, rainha negra no universo das artes por conta de seu protagonismo, sendo orgulho para o povo negro e toda sociedade brasileira. Essa representação de Ruth de Souza na Arte carnavalesca difundiu pedagogias culturais com adjetivos apreciativos sobre a mulher negra na História do Brasil, sem desqualificá-la e se distanciando de estereótipos.

No carnaval carioca de 2019, a Acadêmicos de Santa Cruz foi classificada em 5º lugar, com o enredo e samba-enredo “Ruth de Souza - Senhora Liberdade, abre as asas sobre nós” (ACADÊMICOS DE SANTA CRUZ, 2019), marcando a História do carnaval com a biografia da Dama do Teatro e da Artes, imortalizando sua trajetória de vida no universo do samba, com o samba e a arte carnavalesca. Depois de alguns meses dessa homenagem da escola de samba, aos 98 anos, ela partiu desse mundo, falecendo em 28 de julho de 2019. Sua despedida ocorreu

no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde ela foi velada (ATRIZ..., 2019; GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021b).

No ensino de História, além do trabalho pedagógico com o enredo, o samba-enredo e a arte carnavalesca (seleção de partes do desfile da escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz disponíveis no *YouTube*) em homenagem à Dama do Teatro Negro, as professoras e os professores também poderão exibir em sala de aula o documentário de curta duração sobre Carolina Maria de Jesus, organizado por meio de narrativa biográfica e apresentado pela atriz Ruth de Souza, do projeto pedagógico "A cor da Cultura" (HEROIS..., 2014). Por sua vez, Carolina Maria de Jesus também foi homenageada em uma das alas da escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz.

Uma outra atividade pedagógica sobre personalidades negras da História do Brasil poderá ser desenvolvida a partir da leitura de literatura afro-brasileira, como o Quarto de despejo (1960), análise do enredo e samba-enredo "Carolina - A Cinderela Negra do Canindé" e da arte carnavalesca apresentados no desfile da escola de samba Colorado do Brás, no carnaval de São Paulo, em 2022 (COLORADO..., 2022), incentivando a pesquisa sobre a trajetória de vida da escritora negra Carolina Maria de Jesus e a apresentação dos resultados desta com a organização de uma peça teatral, por exemplo. Essa peça teatral poderia ser apresentada para a comunidade escolar, por meio de atividades culturais, sendo uma maneira de difundir a História de personalidades negras ao público em geral. Isso exige conhecimento e disposição para se construir caminhos para uma educação antirracista e decolonial, por exemplo, com base na Lei n. 10.639/2003.

Após dezenove anos de aprovação da Lei n. 10.639/2003, ainda muitas crianças, jovens e adultos estudam, se formam e saem da escola e/ou da academia sem conhecerem diversas personalidades negras que se destacaram na História do Brasil, como Ruth de Souza, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, etc. Essas personalidades negras, em sua maioria, foram invisibilizadas no ensino de História ou em outras áreas de conhecimento do currículo escolar, em vista do paradigma eurocêntrico. Sendo assim, ainda é importante uma

mudança epistemológica pautada pelas epistemologias do sul, a fim de descolonizar as escolas, levando professoras e professores a repensarem suas práticas pedagógicas e metodologias de ensino-aprendizagem.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, que valorizam as práticas culturais dos povos, sem hierarquizá-las, em especial a cultura popular, a proposta pedagógica neste texto é a de revisitar a História do Brasil, dando visibilidade ao povo negro, às mulheres negras, à História e cultura afro-brasileira, analisando as pedagogias culturais no samba-enredo, na arte carnavalesca e em outros artefatos culturais da mídia, como os documentários biográficos do Projeto Pedagógico “A cor da Cultura” (HERÓIS..., 2014).

Enfim, essa proposta pedagógica de ensino de História com samba busca dar visibilidade às personalidades negras da História do Brasil, que foram silenciadas na historiografia tradicional e eurocêntrica, construindo caminhos para a educação antirracista e decolonial, promovendo o conhecimento e o orgulho de nossa ancestralidade africana e identidade negra.

5. Considerações finais

Com base no aporte teórico dos Estudos Culturais, nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11. 645/2008, esta contribuição buscou revisitar a História do Brasil e repensar o ensino de História, fazendo a abordagem da História e cultura afro-brasileira por meio da biografia de Ruth de Souza, problematizando e apresentando sua trajetória de vida com imagens/fotografias, análise do enredo, do samba-enredo e da arte carnavalesca, além de outros artefatos culturais da mídia como os vídeos de divulgação científica do Projeto pedagógico “A cor da cultura” (HERÓIS..., 2014).

No Brasil contemporâneo, principalmente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, nas lutas sociais e políticas das mulheres e do ativismo negro, tem se falado mais do feminismo negro, do empoderamento do povo negro, das mulheres e meninas negras. Isso é mais um motivo para se repensar o ensino de História e questionar o paradigma eurocêntrico.

Tais propostas contribuem para que personalidades negras silenciadas na historiografia tradicional e no currículo escolar ganhem visibilidade, a fim de que a população negra e outros povos que formam o povo brasileiro conheçam nossas raízes africanas, a História e cultura afro-brasileira, as lutas e resistências de nossos ancestrais ao longo da História do Brasil.

Nesse sentido, a festa do carnaval e as escolas de samba difundem pedagogias culturais, ensinamentos e saberes sobre o passado do povo negro, das mulheres negras na História do Brasil, denunciando problemas existentes na vida cotidiana como o racismo, o preconceito racial, o patriarcado, o machismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero entre outros existentes na sociedade.

As agremiações carnavalescas como a Acadêmicos de Santa Cruz (2019), no Rio de Janeiro, e a Colorado do Brás (2022), em São Paulo, respectivamente, renderam homenagens a Ruth de Souza e a Carolina Maria de Jesus, celebraram a vida, o passado e o presente, com lutas e resistências do povo negro e, principalmente, com alegria e muito samba, permitindo outros olhares para o ensino da História do povo negro, das mulheres negras e, enfim, do povo brasileiro neste país.

As professoras e os professores da escola podem estar atentos a isso, pois as pessoas aprendem em outros espaços de educação informal, como naqueles de vivência da cultura popular, desde as quadras das escolas de samba ao carnaval, grande espetáculo e festa nacional, publicizado na mídia e movimentando o turismo para e no Brasil.

Enfim, a proposta pedagógica aqui apresentada visa a abordagem da História e cultura africana e afro-brasileira, do povo negro e das mulheres negras no ensino de História com samba, arte carnavalesca e artefatos culturais da mídia, questionando o paradigma eurocêntrico. Os sambas-enredo e a arte carnavalesca são concebidos como fontes na pesquisa histórica e/ou recursos didático-pedagógicos no Ensino de História na abordagem de um determinado tema.

Assim, considerando as Leis n. 10.639/2003 e a n. 11.645/2008, buscou-se no ensino de História com a cultura popular negra, como o samba, expor as possibilidades de análise das pedagogias culturais a fim de contribuir para a descolonização do currículo escolar e combate ao epistemicídio. Por fim, promover uma educação antirracista e decolonial, onde as epistemologias do sul ecoem no espaço escolar.

Referências

ABREU, Martha. Pedra do Sal. In: GURAN, Milton (org.). *Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018. p. 48 - 55.

ACADÊMICOS DE SANTA CRUZ. *Fundação*. Rio de Janeiro: Acadêmicos de Santa Cruz, 2020. Disponível em: <http://academicosdesantacruz.com.br/fundacao/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ACADÊMICOS DE SANTA CRUZ. *Colocações*. Rio de Janeiro: Acadêmicos de Santa Cruz, 2019. Disponível em: <https://academicosdesantacruz.com.br/colocacoes/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

APOTEOSE. *Acadêmicos de Santa Cruz*. [Rio de Janeiro: Apoteose], 2019. Disponível em: <http://www.apoteose.com/carnaval-2019/academicos-de-santa-cruz/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ATRIZ Ruth de Souza morre no Rio aos 98 anos. 2019. *G1*, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019. Disponível no site: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/28/atriz-ruth-de-souza-morre-no-rio-aos-98-anos.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Lei n. 11.645, de 10 Março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Lei n. 10.639, de 9 de Janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401 - 417.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida: Sueli Carneiro*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAROLINA: a cinderela negra do Canindé. Intérprete: Colorado do Brás. São Paulo: [s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/colorado-do-bras/samba-enredo-2022-carolina-a-cinderela-negra-do-caninde/>. Acesso em: 11 maio 2022.

COLORADO do Brás exalta escritora Carolina Maria de Jesus em desfile contra o preconceito e com rainha trans. *G1*, São Paulo, 23 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2022/noticia/2022/04/23/colorado-do-bras-exalta-escritora-carolina-maria-de-jesus-em-desfile-contr-o-preconceito-e-com-rainha-trans.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Uma autobiografia*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DESFILE completo Santa Cruz 2019: série A. [Rio de Janeiro: s. n.], 2019. 1 vídeo (39 min57). Publicado pelo canal O melhor dos sambas enredo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IPCkuTKy4yc>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 2012.

FRANCO, Anielle. Marielle Franco. In: CASTRO, Amanda Motta. *Memória do curso: pensadoras negras brasileiras*: Amanda Motta Castro, Ludmilla Teixeira, Fátima

Lima, Vera Rodrigues, Halina Leal, Fernanda Oliveira, Carla Ávila, Anielle Franco. São Leopoldo: Escola As Pensadoras, 2020. p. 169 - 212.

GOMES, Flávio; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilian. Marielle Franco. In: *Enciclopédia negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a. p. 419 - 421.

GOMES, Flávio; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilian. Ruth de Souza. In: *Enciclopédia negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b. p. 521 - 522.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando o os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223 - 246. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. In: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (org.). *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: UNESCO: MEC: ANPED, 2007. p. 181 - 228.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1981). In: UCPA- UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. [S. l.]: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 34 - 53.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática do ensino de História*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução de Daniel Miranda, Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine la Guarda Resende et. al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HERÓIS de Todo mundo: a cor da cultura. [S. l.: s. n.], 2014. Documentário (92 min).

HEYWOOD, Linda M. (org.). Introdução. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. 2. ed. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonezi, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2019. p. 11 - 26.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. [Quem somos?]. [S. l.]: Instituto Marielle Franco, [2022]. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 11 maio 2022.

JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2001.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141 - 184.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. Marielle Franco. In: LOPES, Nei. *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a. p. 199 - 202.

LOPES, Nei. Ruth de Souza. In: LOPES, Nei. *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b. p. 281 - 284.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MILLER, Joseph C. África central: sociedade, cultura e o comércio de escravizados. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. 2. ed. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonezi, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2019. p. 27 - 80.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho (1976). In: UCPA-UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em dias de destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 80 - 85.

NOGUEIRA, Nilcemar (coord.). *Dossiê matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cartola, 2015.

PANE – PLATAFORMA ANTIRRACISTA NAS ELEIÇÕES. [*Entenda*]. [S. l.]: Instituto Marielle Franco, [2020]. Disponível em: <https://www.paneantirracista.org/>. Acesso em: 11 maio 2022.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. *O ensino de história na revista Nova Escola (1986 - 2002): cultura midiática e ação docente*. Curitiba: CRV, 2015.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil).

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Carla. *Leiam Lélia Gonzalez*. *Revista Cult*, São Paulo, 3 março 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lesia-gonzalez/>. Acesso em: 11 maio 2022.

RUTH de Souza (1921-2019): o adeus da dama negra. *Manchete*: Panis Cum Ovum. Rio de Janeiro, 28 jul. 2019a. Disponível em: <https://paniscumovum.blogspot.com/2019/07/ruth-de-souza-o-adeus-da-dama-negra.html>. Acesso em: 11 maio 2022.

RUTH de Souza e o Teatro Experimental do Negro (TEN). 30 maio 1947. 1 fotografia. Acervo do Arquivo Nacional.

RUTH de Souza. In: FILMOW. [S. l.]: Terra, [2020]. Disponível em: <https://filmow.com/ruth-de-souza-a78419/>. Acesso em: 6 mar. 2020.

RUTH de Souza: senhora liberdade abre as asas sobre nós. Compositor: Elson Ramires, Junior Fionda, Samir Trindade. Intérprete: Acadêmicos de Santa Cruz. Rio de Janeiro: [s. n.], 2019b. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/sambas/santa-cruz-samba-enredo-2019/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187 - 205.

SILVA, Ana Lúcia da. *Ensino de história da África e cultura afro-brasileira: estudos culturais e sambas-enredo*. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. *Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca (2000-2013): a história da África e a cultura afro-brasileira*. 2018. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SILVA, Ana Lúcia da; PRIORI, Angelo. História política, movimento negro e feminismo negro: “#Marielle Semente”, as mulheres negras na política. In: CASTRO, Amanda Motta; FRANCO, Anielle; LIMA, Fátima (org.). *Revista Sul-Sul*, Barreiras, v. 1, p. 7 – 34, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/issue/view/14>.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. *Samba e identidade nacional: das origens à era Vargas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

SOUZA, Monica Lima e. Pequena África. In: GURAN, Milton (org.). *Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018. p. 56 - 65.

STEINBERG, Shirley R. Produzindo sentidos – pesquisa com bricolagem e pedagogia cultural. In: KIRCHOF, Edgar Roberto; WORTMANN, Maria Lúcia; COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Estudos culturais & educação: contingências, articulações, aventuras e dispersões*. Canoas: Ed. ULBRA, 2015. p. 211 - 241.

UCPA- UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). *Primavera para as rosas negras*. Lélia Gonzalez. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

*Recebido em 24 de março de 2020
Aprovado em 19 de maio de 2022*